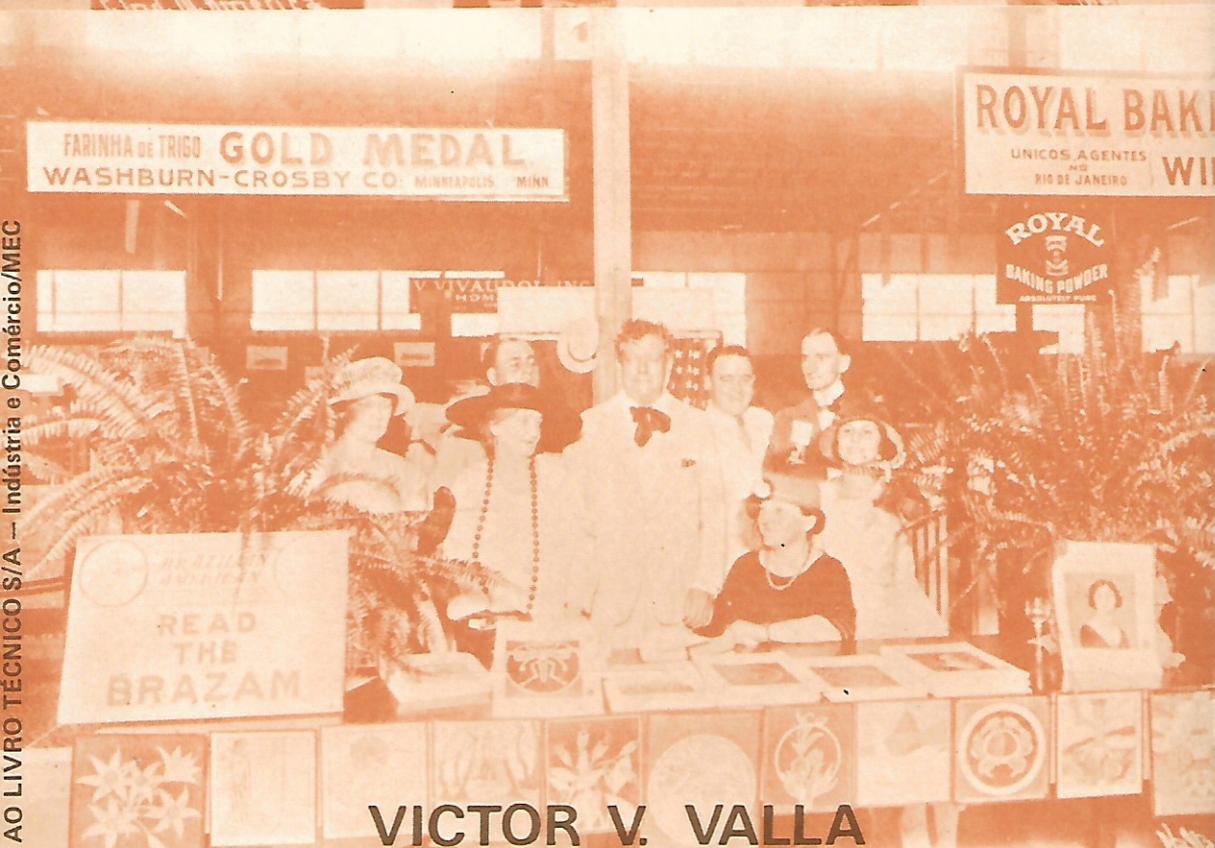


A PENETRAÇÃO NORTE-AMERICANA NA ECONOMIA BRASILEIRA

1898 – 1928



**A PENETRAÇÃO
NORTE-AMERICANA
NA ECONOMIA
BRASILEIRA**

1898 - 1928

Sempre de Acordo ou Nobre Emulação?



Jornaleiro do *Brazilian American* (BRAZAM)

BRASIL SÉCULOS XIX e XX: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coleção coordenada por
JOSÉ LUIZ F. WERNECK DA SILVA

**A PENETRAÇÃO
NORTE-AMERICANA
NA ECONOMIA
BRASILEIRA**

1898 - 1928

Sempre de Acordo ou Nobre Emulação?

VICTOR V. VALLA

Em convênio com
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



AO LIVRO TÉCNICO S/A – Indústria e Comércio
Rio de Janeiro – RJ/1978

COPYRIGHT © 1978 by VICTOR V. VALLA, Rio de Janeiro – RJ/Brasil

DIREITOS RESERVADOS, 1978 por AO LIVRO TÉCNICO S/A – Indústria e Comércio.
Rio de Janeiro – RJ/Brasil

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

Fotografias/ Armando Neves, no Acervo Malta,
do Museu da Imagem e do Som,
por gentileza da Fundação Estadual
de Museus do Rio de Janeiro.

Caricaturas/ dos Volumes 1º e 3º de *A História da
Caricatura no Brasil*, por gentileza de
Herman Lima e da Livraria José Olympio Editora.

*Capa/Equipe de Arte de AO LIVRO TÉCNICO S/A
Diagramação e Montagem/Aleidis de Beltran*

V27p Valla, Victor V:
À Penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1928:
sempre de acordo ou nobre emulação? / Victor V. Valla.
Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Brasília: INL, 1978.
(Brasil séculos XIX e XX: relações internacionais)

Bibliografia

1. Brasil – Condições econômicas 2. Brasil – Relações exte-
riores-Estados Unidos I. Instituto Nacional do Livro II. Título
III. Série.

CDD – 327.81073
330.981

CDU – 327(81:73)
338(81)

CCF/SNEL/RJ-78-0607

AO LIVRO TÉCNICO S/A – Indústria e Comércio
Rua Sá Freire, 40 – C.P. 3655
20930 – Rio de Janeiro – RJ.

*Para dois amigos,
dois educadores-educandos:
o brasileiro Alcir e
o norte-americano Terêncio
cujos projetos de vida
são também o meu projeto de vida.*

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO AUTOR

Desenvolvimento, Tecnologia e História. Em *Anais do VI^o Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1971.

Os Estados Unidos e a Influência Estrangeira na Economia Brasileira: Um Período de Transição (1904-1928). Em *Coleção da Revista de História*, XL. São Paulo, 1972.

Fatores Relacionados com a Distribuição Fundiária na Região Cacaueira da Bahia. Em *Anais do VIII^o Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1975.

Subsídios para uma Melhor Compreensão da Entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Em *Estudos Históricos*, N^o 15. Marília, 1976.

Educação Extra-escolar no Brasil: Revisão de Conceitos Básicos. Em *Forum Educacional*, N^o 1. Rio de Janeiro, 1977.

Educação Não-Formal: Novidade do Século XX? O Fenômeno Visto de uma Abordagem Histórica. Em *Proposta: Revista a Serviço da Educação de Base*, N^o 5. Rio de Janeiro, 1977. (Co-autoria com OSMAR FÁVERO)

A Evolução da Política e do Planejamento Científico e Tecnológico Brasileiro. Em *Anais do IX^o Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1977. (Co-autoria com JOSÉ LUIZ F. WERNECK DA SILVA) (no prelo)

Questionando a Sociedade Brasileira Através da Ciência e da Tecnologia. Em *Artefato*, N^o 1. Rio de Janeiro, 1978.

Reconstrução Histórica da Educação Popular no Brasil. Em *Proposta: Revista a Serviço da Educação de Base*. N^o 9/10. Rio de Janeiro, 1978. (no prelo)

SUMÁRIO

Prefácio, VII

INTRODUÇÃO: UMA ILUSÃO AMERICANA, 1

PRIMEIRA PARTE: A TENTATIVA DE PENETRAÇÃO, 11

Capítulo I: Uma Relação Inicial em torno do Café e da Borracha, 13

Capítulo II: O Café é a Cunha de Penetração, 25

Capítulo III: O Brasil Facilita a Penetração dos Norte-Americanos, 33

SEGUNDA PARTE: A REMOÇÃO DOS OBSTÁCULOS, 67

Capítulo IV: A Guerra Precipita os Planos dos Norte-Americanos, 69

Capítulo V: Esforços para Aproveitar uma Oportunidade Especial, 85

Capítulo VI: Dúvidas e Receios sobre o Caminho Escolhido, 103

TERCEIRA PARTE: A SOLIDIFICAÇÃO DO TERRENO GANHO, 121

Capítulo VII: Avanço Norte-Americano na Economia Brasileira, 123

Capítulo VIII: Uma Relação ainda em torno do Café, 135

Capítulo IX: Enfim, uma Aliança com Benefícios quase Unilaterais, 135

CONCLUSÃO: UM ALIADO PREDILETO, 173

A HISTÓRIA PELA IMAGEM, 179

BIBLIOGRAFIA, 189

PREFÁCIO

Vários fatores têm contribuído para uma parcial e moderada reformulação da política externa do Brasil em face dos Estados Unidos da América, ao longo dos anos setenta. As inadiáveis soluções para o problema energético, já identificado nas distorções do crescimento econômico brasileiro e de muito agravado com a crise mundial desencadeada em 1973, incluem-se nesses fatores. Igualmente neles se enquadram as dificuldades para a colocação — nos mercados cêntricos — dos nossos manufaturados que o precário mercado interno brasileiro ainda não pode regularmente absorver. E ainda se poderia incluir — nos fatores dessa parcial e moderada reformulação — a controvertida questão dos direitos humanos, encobrendo ideologicamente discordâncias mais concretas de caráter econômico, perceptíveis até no terreno mais específico da indústria bélica.

Tal reformulação parcial e moderada não poderia deixar de refletir-se na historiografia, mesmo porque o lugar da História numa sociedade em transformação acelerada só poderá ser ocupado se os intelectuais que a produzirem combinarem dialeticamente uma apreensão sensível do contexto e da conjuntura em que produzem e uma construção inteligível dentro de um esquema científico. Daí ser axiomático que a História se reescreva sem cessar.

Por tudo isto, compreende-se que a historiografia das nossas relações com os Estados Unidos tenha recebido um acentuado estímulo nos últimos anos, ultrapassando a clientela convencional do especialista e alcançando o interesse público cada vez mais diversificado. Por tudo isto, compreende-se a atualidade do livro do Dr. Victor Vincent Valla — *A Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira — 1898-1928*. Num tema em que grande tem sido a contribuição dos *brazilianists*, a historiografia das nossas relações com os Estados Unidos ganha uma individualidade realmente singular: a de um historiador *brasileiro*, mas natural e ainda cidadão dos Estados Unidos da América. Trata-se do californiano Victor Vincent Valla.

Pela sua formação universitária, em nível de graduação, Victor V. Valla ainda está vinculado ao seu país de origem, pois a completou em Austin, no Texas. Mas pelos seus estudos de pós-graduação, legitimando-o como produtor intelectual no campo da História, ele se integra de tal modo no seu país de adoção que pode ser corretamente chamado de *historiador brasileiro*. Em 1969 obteve o grau de Mestre em História, na Universidade de São Paulo, apresentando uma dissertação sobre *Os Estados Unidos e a Influência Estrangeira na Economia Brasileira: Um período de Transição, 1904-1928*, publicada em sucessivos artigos na *Revista de História*, da

mesma Universidade. E finalmente, em 1972, nela obteve o grau de Doutor em História, com uma tese sobre *A Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira, 1900-1930*, agora revista, ilustrada e editada.

O livro de Victor V. Valla, juntamente com os trabalhos de Muniz Bandeira, em 1973¹, e de Carlos Estevam Martins, em 1975², forma um divisor de águas na historiografia das relações internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Até então predominaram fundamentalmente duas abordagens. Ou as relações internacionais foram praticamente confundidas com uma história diplomática, tratando apenas da defesa dos direitos nacionais e dos contatos econômicos, sociais e políticos que se codificaram em tratados e convenções, resultantes de negociações entre agentes governamentais credenciados, como nos trabalhos de Carlos Delgado de Carvalho³ e José Honório Rodrigues⁴. Ou as relações internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos foram centradas em categorias como *cooperação e cordialidade, acordo e amizade*, como nos trabalhos de Hildebrando Accioly⁵. Esta segunda abordagem, por sinal, identificou-se com uma ideologia oficial, adotada pela maior parte dos governos da República Brasileira.

No livro de Victor V. Valla, entretanto, essas duas abordagens não mais se impuseram.

Ainda que encoberta por um aparente privilegiamento do empírico, a abordagem adotada pelo Autor se aproxima muito da de Stanley Hoffmann⁶, ao envolver todas as atividades, oficiais ou não, vinculadas à política exterior, confluência de todos os grupos sociais que afetam a sociedade internacional. A abordagem eleita pelo Autor — que numa análise superficial poderia ser rotulada de neo-positivista — aproxima-se também da interação entre o homem de Estado e as forças profundas que sobre ele atuam nas relações internacionais, na linha de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle⁷. E, por fim, na forma pela qual manipula as estruturas das relações comerciais internacionais, em especial aquelas ligadas à borracha e ao café, Victor V. Valla igualmente se aproxima de Francisco Orrego Vicuña⁸.

¹BANDEIRA, Muniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

²MARTINS, Carlos Estevam. *Brasil-Estados Unidos: dos 60 aos 70*. Caderno CEBRAP n.º 9, São Paulo, Brasiliense, 1975.

³CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.

⁴RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

⁵ACCIOLY, Hildebrando. *Raízes ou causas Históricas do Pan-americanismo e Cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos da América*. In: *Aspectos da formação e evolução do Brasil*. Estudos publicados em 1952, no Jornal do Commercio, no seu 125.º aniversário. Rio de Janeiro, 1953.

⁶HOFFMANN, Stanley H. *Teorias contemporâneas sobre las relaciones internacionales*. Madrid, Tecnos, 1963.

⁷RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris, Armand Colin, 1966.

⁸VICUÑA, Francisco Orrego. *Derecho internacional económico*. México, Fondo de Cultura Económica, 1974, 2v.

Assim, desoficializando e democratizando seu conceito de história das relações internacionais, Victor V. Valla pode praticamente reescrever “questões diplomáticas” fundamentais, como aquela que transformou a província boliviana do Aquiri no território — hoje Estado — brasileiro do Acre, ou aquela que resultou na saída do Brasil da Liga das Nações. Em alguns pontos do seu livro, o Autor praticamente *escreve* e não simplesmente *reescreve* determinadas “questões diplomáticas”, quando, por exemplo, analisa a atitude do Brasil em face do Pacto Briand-Kellog, em 1928, tal o ineditismo e a eficácia com que utiliza as fontes primárias.

Dir-se-ia talvez que este livro nada mais é do que uma valiosa contribuição empírica ao estudo das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, na mesma linha dos recentes livros neo-positivistas de Stanley Hilton⁹ e Phyllis R. Parker¹⁰. Nem sempre, porém, volumosas fontes primárias conduzem necessariamente apenas à empiria ou ao neo-positivismo. João Carlos Vitor Garcia¹¹, por exemplo, em 1975, produziu um trabalho, ainda inédito no Brasil, no qual consultou exaustivamente os National Archives (Washington D.C.), estabelecendo a correlação entre a política externa dos Estados Unidos, a democratização do regime de Vargas e as origens da Guerra Fria, operando com a categoria *forças sociais*, ainda que implicitamente.

O mesmo tipo de orientação pode ser encontrado neste livro de Victor V. Valla. Em todo seu decorrer há implicitamente toda uma preocupação básica que — por sinal — tem comandado sempre a sua prática teórica e a sua produção intelectual. Tal preocupação básica são *os mecanismos da subordinação das áreas de economias periféricas às áreas de economias cêntricas*, sem prejuízo da avaliação da dinâmica interna das mesmas áreas de economias periféricas. No estudo desses mecanismos o autor vem aprofundando seu embasamento teórico-metodológico.

A propósito, o próprio Victor V. Valla dá o seu depoimento:

“O produtor intelectual consciente nunca está totalmente satisfeito com o seu produto final. Sempre acha que este poderia ser melhor elaborado, mais rigoroso. Com a passagem do tempo, essa maneira de encarar o seu trabalho ganha naturalmente em intensidade, pois o próprio produtor intelectual vai sofrendo mudanças de perspectiva, de posicionamento teórico e de interesses de investigação. Com referência à *Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira, 1898-1928 — Sempre de Acordo ou Nobre Emulação?*, meus sentimentos são exatamente os mencionados acima. Reconheço como linha mestra da primitiva tese que agora se publica todo um posicionamento implícito que me guiou na sua pesquisa e na sua elaboração, uma e outra marcadas ainda pela contribuição dos meus primeiros mestres: Sérgio Buarque de Hollanda e Nícia Vilela Luz. Hoje (1978), percebo que me encontro numa fase onde me esforço para tornar explícito e sistemático aquilo que

⁹HILTON, Stanley E. *O Brasil e a Crise internacional: 1930/1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

¹⁰PARKER, Phyllis R. *1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

¹¹GARCIA, João Carlos Vitor. *The democratization of the Vargas regime in Brazil and the origins of the cold war*. Tese de mestrado em Ciência Política na Faculty of the School of Public and International Affairs of the George Washington University, 1975, mimeo.

entre 1969 e 1972 ainda estava embrionário. Mesmo assim, julgo mais adequado oferecer ao público este meu trabalho exatamente como o produzi. Além de representar um passo importante na minha vida intelectual, ele só permanecerá coerente se mantiver a sua primitiva e integral forma. Abordar o mesmo tema agora, a partir de um quadro teórico mais sofisticado e mais explícito, seria produzir um outro trabalho.”

Na Introdução, Victor V. Valla, entretanto, assume explicitamente as posições de Edward Hallet Carr¹², no sentido de que o passado só é inteligível à luz do presente e de que só à luz do passado é que se pode compreender plenamente o presente. A dialética *passado-presente* para o Autor é suscitada pela influência preponderante que os Estados Unidos ainda exercem na vida econômica brasileira. Mas caberia indagar: o que vem a ser, em essência, *presente e passado*, numa formação social de capitalismo periférico?

Se retomarmos o depoimento de Victor V. Valla veremos que essas indagações são atualmente também as dele:

“Reconheço que a História é uma constante *re-elaboração*, um constante *re-pensar*, em busca de um posicionamento metodológico cada vez mais rigoroso e comprometido. Esse caminho se compõe de muitos passos e de muitas intervenções na realidade. A tese que ora se edita é apenas um desses meus passos, uma dessas minhas intervenções na realidade. Não são os títulos, nem as publicações que fazem o cientista social, mas — muito mais — a sua busca consciente de uma metodologia explícita e adequada aos problemas prioritários da sociedade em que vive e da qual deve participar”.

A trajetória social e a produção intelectual do Autor remetem-nos ao debate — que é quase um combate — sobre o *lugar da História*. Entendemos que Victor V. Valla persegue um objetivo: o de não produzir num país pobre uma Ciência da História de país rico. Para ele, tanto quanto para nós, a capacidade de controle, pela sociedade periférica, do seu processo científico, cultural de um modo geral, é tão importante quanto a sua capacidade de controle do seu processo econômico¹³. Parece-nos, pois, que, numa sociedade periférica, não há discussão metodológica válida que não tenha por objetivo a solução de um problema historiográfico comprometido com a realidade social concreta em que se insere o historiador.

O problema historiográfico eleito pelo Autor para construir o objeto de seu estudo é a dialética do interno e do externo, na relação de dependência do Brasil em face dos Estados Unidos, entre 1898 e 1928. Para compreender essa relação, ainda que ao nível ideológico, podemos usar expressões dos próprios contemporâneos e dizer que ela oscilou entre o *Sempre de Acordo* e a *Nobre Emulação*. Num caso e no outro, porém, trata-se, em última instância, da identificação dos mecanismos do intercâmbio desigual entre uma formação social de capitalismo cêntrico (os Estados Unidos da América) e uma formação social de capitalismo periférico (o Brasil).

¹²CARR, Edward Hallett. *Que é história?* Trad. Lúcia Maurício de Alverga. Revisão técnica de Maria Ieda Linhares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

¹³PINTO, Álvaro Vicira. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

Assim — e a partir do lugar em que colocamos nossa ciência — uma história das relações internacionais brasileiras, em especial, no caso, aquela que nos situa em face dos Estados Unidos da América, deve apropriar-se cada vez mais dos estudos teóricos sobre o desenvolvimento desigual entre as formações sociais capitalistas, como por exemplo, os de Samir Amin¹⁴ e de Geoffrey Kay¹⁵. E, na medida em que surpreender os mecanismos do processo histórico-estrutural da dependência, essa mesma história das relações internacionais brasileiras deve estar sempre atenta para as relações de classe, a nível transnacional. Tais relações, ligando a economia, a política e a cultura internacionais aos seus correspondentes nacionais, desvendarão, num mesmo movimento, as contradições sociais internas, com os seus reflexos políticos e ideológicos. Sem desvendar esse movimento, não será possível compreender a dinâmica das sociedades periféricas¹⁶.

O livro de Victor V. Valla, portanto, pelo rigor com que ajusta um posicionamento teórico-metodológico implícito e um sólido tratamento das fontes presta-se perfeitamente ao aprofundamento de um tema atualíssimo, que é o das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América. E a historiografia brasileira ganha uma contribuição séria com este livro de um historiador que por todos os títulos é brasileiro, mesmo tendo nascido na Califórnia.

Novembro de 1978.

José Luiz Foresti Werneck da Silva

¹⁴ AMIN, Samir. *O Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Forense, 1976.

¹⁵ KAY, Geoffrey. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Trad. de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

¹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *Notas sobre Estado e Dependência*. Caderno CEBRAP n.º 11, São Paulo, Brasiliense, 1975.

UMA ILUSÃO AMERICANA

“... deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência... Não pode haver maior erro do que esperar favores reais de uma nação a outra...”

George Washington, primeiro Presidente dos Estados Unidos da América, 1789-1797.

Neste estudo, que traça a aproximação e a consolidação das relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante a primeira parte do século XX, tomamos como ponto inicial a formação da República brasileira em 1889. Reconhecemos que as raízes das relações desses dois países são muito anteriores, porém pretendemos analisar os fatores mais imediatos que aceleraram o encontro dessas duas nações.

São bem conhecidas as relações entre o Brasil e os Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX, como, por exemplo, as que foram estudadas no trabalho de Lawrence F. Hill, *Political Relations between the United States and Brazil*¹. Não desprezando esses anos anteriores, decidiu-se partir da época da formação da República do Brasil, visto que, nessa época, as relações sofreram um nítido aceleração entre os dois países.

O objetivo deste estudo é analisar as condições que permitiram um maior intercâmbio econômico e político dos Estados Unidos e do Brasil durante o início do século XX, com a intenção de melhor entender o espírito que promoveu essa aproximação. Estudando as raízes desse encontro, espera-se, então, melhor entender o crescimento das relações entre os dois países, um processo que continua ainda hoje e, tudo indica, promete continuar por muito tempo.

A influência preponderante dos Estados Unidos na vida brasileira contemporânea levou-nos a escolher este tópico. Acredita-se que “o passado nos é inteligível somente à luz do presente e somos capazes de plenamente entender o presente somente à luz do passado. Capacitar o homem a entender a sociedade do passado e aumentar sua visão da sociedade do presente é a função dual da história”². José Honório Rodrigues lembra-nos que é “... com a vivência de hoje que se reconstrói o seu passado para fins práticos de compreensão...”³. Para melhor entender o relacionamento dos dois países em foco, será tratado, nestas páginas, o passado recen-

te de ambos, numa tentativa de achar uma continuidade de espírito e pensamento. Como diz E. H. Carr:

“... o historiador, em virtude da sua ansiedade de entender o passado, é simultaneamente compelido, como o cientista, a simplificar a multiplicidade de suas respostas, a subordinar uma resposta a outra, e a introduzir alguma ordem e unidade no caos de acontecimentos e no caos de causas específicas.”⁴

A compreensão da cena internacional no momento da formação da República do Brasil ajuda a entender a tendência brasileira de estreitar as relações com os Estados Unidos. O desejo de livrar-se do jugo econômico da Inglaterra e a grande quantidade de café brasileiro que os Estados Unidos compravam, desde 1835, foram fatores que favoreceram a aproximação dos dois países. O fato de que a troca comercial entre o Brasil e os Estados Unidos estava tradicionalmente a favor daquele país mostrava para os brasileiros que o mercado norte-americano era uma fonte constante de divisas, enquanto que a industrialização crescente norte-americana visava um mercado de quase quinze milhões de brasileiros, até então dominado pelas fontes inglesa e alemã⁵.

É importante salientar-se o fato de que, com respeito à América Latina, os Estados Unidos, até o fim do século XIX, “por possuírem um enorme mercado interno, não eram exportadores regulares, mas apenas procuravam uma saída para os seus excessos em tempo de superprodução”⁶. A unificação dos Estados Unidos através da Guerra Civil criou condições para uma industrialização ainda mais dinâmica que visaria mercados externos para seus produtos manufaturados. A guerra hispano-americana de 1898 e a construção do Canal do Panamá, reflexo de um crescente expansionismo norte-americano, consolidariam os interesses dos ianques na América Central e na região do Caribe.

As aspirações norte-americanas e brasileiras achariam a oportunidade de se encontrar — cada país buscando seus interesses num intercâmbio com o outro. Os Estados Unidos precisavam, cada vez mais, achar mercados para seus produtos industrializados e importar matérias-primas para alimentar suas indústrias. Para isso, queriam fazer do Brasil um país-base para suas operações num continente constituído, em quase sua totalidade, de nações de tradição espanhola. Estas temiam que os incidentes da América Central e da região do Caribe viessem novamente a ocorrer. O Brasil, por sua vez, procurava manter sua fonte lucrativa nos mercados norte-americanos, e, simultaneamente, queria fazer jus à sua posição teórica de líder representante da América do Sul.

“... a característica histórica do Brasil é a tendência à inclinação continental para os Estados Unidos; da Argentina, a simpatia pela Europa; das restantes nações da América do Sul, sondagem incerta e afeições volúveis... O Brasil não participou dos congressos latino-americanos e de esforços para a união.”⁷

O Brasil procuraria os Estados Unidos numa necessidade política e econômica, ao contrário da Argentina, seu vizinho, que "... opõe-se aos Estados Unidos por causa da competição nos produtos agrícolas, mostrando-se contrária à união sul-americana, em virtude de sentir-se européia e não americana... o que a Argentina procura não é a união, mas a hegemonia"⁸. Barbosa Lima Sobrinho diz que o Brasil "... vivia sob a possessão da rivalidade com a República Argentina e desejava encontrar, nos Estados Unidos, um aliado certo para a conquista da hegemonia na América do Sul"⁹.

Nesse contexto, a formação da República do Brasil se enquadrava com mais um laço que iria estreitar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Teoricamente, os dois países, que eram considerados como quase continentes, teriam a mesma forma de governo. Como república, símbolo de progresso e dinamismo, o Brasil seguiria os passos dos Estados Unidos. Desse encontro, os dois gigantes gozariam de uma prosperidade mútua.

Mas o que se nota é que a posição brasileira foi *sui generis*, sendo que os dirigentes brasileiros quiseram "... combater a centralização monárquica e fazer um programa descentralizador no plano político administrativo. Julgaram... que... seria preciso aplicar... o *self-government* dos anglo-saxônicos, ou mesmo a teoria do Estado federal como se elabora no direito constitucional norte-americano... quiseram aplicar o ideal *self-government* e o esquema federativo a regiões perfeitamente diferenciadas de um país imenso, sem levarem em conta a total incapacidade de certas populações (no norte) para desfrutarem de uma autonomia, que outras... do sul, podiam legitimamente reclamar"¹⁰.

Enquanto o tipo de governo norte-americano refletia uma infra-estrutura já bastante desenvolvida e um povo que participava de um relativo *self-government*, o Brasil era, só de nome, uma República¹¹. Mas sua longa dependência da Inglaterra, o exemplo de progresso na República norte-americana, o grande mercado norte-americano do café e da borracha brasileiros, um Brasil isolado numa América Latina espanhola, republicana e receosa do "perigo ianque", foram alguns dos fatores que fizeram surgir "... o *slogan* de que o Brasil não podia ser uma exceção na América. Para isto contribuía fortemente o exemplo dos Estados Unidos..."¹²

Também a situação econômica do Brasil, fortemente dependente da Inglaterra desde o início do século XIX, indicaria uma mudança na política comercial da nação sul-americana. Mesmo quando se nota que no período "... de 1861 a 1912 apenas em 3 anos (1885-1886, 1894 e 1896) houve vantagem em favor da importação"¹³, é também importante lembrar-se que não "... basta... o predomínio da exportação sobre a importação para se considerar favorável a situação econômica. É preciso ter em vista também, além da balança comercial propriamente dita, a balança das contas, isto é, dos créditos e das dívidas, com muito acerto chamadas exportações e importações invisíveis. Só assim se poderá saber qual o saldo credor ou devedor de cada país"¹⁴.

Na euforia de uma minoria, responsável apenas por ter mudado o nome do regime (e só isso poder-se-ia esperar em tão curto tempo), a situação econômica entrou em rápido declínio. A respeito do novo governo republicano, o anuário de 1908-1912 resume a situação:

“Quiz desde logo assumir uma attitude mais audaz nos negocios publicos, emprehendendo grandes melhoramentos materiaes, a par de radicaes transformações na politica nacional. A satisfação dos encargos assumidos e o pagamento das despezas acarretados por sucessivos movimentos reacionarios, civis e militares, pertubaram seriamente as finanças do Brasil, produzindo o desequilibrio revelado pelos constantes *deficits* orçamentarios, pelos multiplos emprestimos externos e internos e pelas avultadas quantias de papel-moeda postas em circulação.

“A divida externa da união, que era de £ 30.351.500 em 1889, foi subindo sucessivamente até chegar a £ 93.333.725 em 1912.”¹⁵

Não é necessário relatar em detalhes o desastre econômico no início da década de 1890 e o conseqüente *funding-loan* que praticamente consolidou o controle completo da economia brasileira nas mãos dos grupos ingleses.

Todos esses fatores, sem dúvida, fizeram com que os brasileiros focalizassem sua atenção para a América do Norte, onde, com poucas exceções, o intercâmbio entre esses países tinha sido favorável à nação brasileira, econômica e politicamente.

“Neste país, difficilmente se ouvem murmúrios contra o ‘Perigo Ianque’, tão freqüente na América Latina. Só o Brasil não sucumbe ao perigo, não o considerando absolutamente como uma ameaça, por causa da grande distância em que estão os EE. UU., e em vista de seu poder e enorme extensão. Mesmo a ira contra a política dos Estados Unidos na America Central e região das Caraíbas não é, em absoluto, tão viva na América Portuguesa como ocorre com a América Espanhola. Muitos escritores norte-americanos destacaram o fato de que a attitude do Brasil para com os Estados Unidos é mais fraternal do que a de qualquer nação hispano-americana.”¹⁶

No século XIX, o Governo brasileiro tinha declarado oficialmente que as relações para com o Governo norte-americano eram importantes, uma vez que o Brasil era a única nação latino-americana cujas origens não eram espanholas¹⁷.

Parece válido, então, enquadrar neste contexto Salvador de Mendonça, o Ministro do novo Governo brasileiro nos Estados Unidos (1890-1898). E. Bradford Burns define Mendonça como “entusiasticamente pró-americano”¹⁸. O novo ministro representava perfeitamente a dupla necessidade econômica e política do Brasil para com os Estados Unidos. Depois de conseguir que os produtos brasileiros de borracha, café, açúcar e peles entrassem nos Estados Unidos com pouco ou mesmo nenhum imposto (tinham sido dadas concessões semelhantes para alguns produtos norte-americanos), declarou Mendonça que uma nova era tinha começado entre os dois países. Achava que o Brasil era agora o aliado dos Estados Unidos na sua política de defender as repúblicas americanas de paz e de prosperidade, ficando garantido, simultaneamente, o monopólio de seus produtos principais¹⁹.

Quando se estuda a relação Brasil-Inglaterra e as dificuldades econômicas da nação brasileira, parece que a consolidação do mercado norte-americano era, na

época, a melhor saída para o novo Governo brasileiro, especialmente considerando-se o comércio exterior sul-americano de então.

“Na América do Sul o comércio exterior é a mola da vida. Toda a sua atividade econômica — a satisfação das necessidades principais da população, por importação (pois a indústria doméstica tem sido insuficiente), a estabilidade da moeda e a continuação dos pagamentos, dos juros e da amortização da dívida externa, a própria paz e a tranquilidade política doméstica, assim como a sua política exterior — tudo depende da exportação dos seus próprios produtos.”²⁰

Numericamente, basta dizer que os Estados Unidos, em 1889, compravam 61% da exportação total do Brasil enquanto que apenas 5,5% das importações brasileiras vieram dos Estados Unidos²¹. O Brasil procuraria manter essa fonte de divisas como maneira de solucionar outros aspectos negativos de sua economia, ao passo que os Estados Unidos procurariam diminuir a influência do Velho Mundo como supridor do mercado brasileiro, querendo fazer do Brasil uma base para firmar sua futura hegemonia na América do Sul.

“Através dos anos, o hábito de os brasileiros comprarem dos europeus tornou-se fixo. Mercadores do Velho Mundo tinham provido aos gostos e caprichos dos seus fregueses do Novo Mundo nos processos de embalagem e marcação; eles até escolheram produtos norte-americanos e com novas embalagens e marcas, os venderam aos brasileiros com bons lucros. Também, as facilidades de transporte e bancos lhes deram uma forte vantagem sobre seus concorrentes norte-americanos.”²²

O interesse dos norte-americanos em que a aproximação se concretizasse e que a república permanecesse como forma de governo brasileiro demonstrou-se na revolta contra o novo governo no Rio de Janeiro, em 1893.

“Se os insurretos tivessem tido oportunidade de bombardear a capital e de impedir a chegada de abastecimento ao inimigo, a vitória teria sido deles. Porém, mesmo tendo agüentado a luta por mais de seis meses, jamais foram bem sucedidos em conseguir reconhecimento para um estado de guerra; o seu fracasso em alcançar esse necessário *status* deveu-se principalmente à oposição agressiva dos Estados Unidos. Sem dúvida, a oposição americana teria sido menos persistente se os insurretos não tivessem feito o erro fatal de se declarar monarquistas. . . .”²³

Em 1894 deu-se mais um passo de aproximação: o Congresso brasileiro não só concedeu o Presidente norte-americano Grover Cleveland juntamente com o Presidente Floriano Peixoto, como também declarou feriado nacional o dia 4 de julho, naquele ano²⁴.

Parece importante salientar que, embora por muito tempo já existissem condições que possibilitassem essa aproximação, na realidade ela só veio com rapidez de-

pois da formação da República do Brasil. Embora as duas nações tivessem relações desde 1823, o conceito de “amizade tradicional” não era verdadeiro²⁵. E mesmo depois de 1889, a chamada “amizade” existiria em função da procura de benefícios próprios de cada país. Eduardo Prado, em 1894, no seu livro polêmico, *A Ilusão Americana*, escreveu que o fato “. . . de o Brasil e de os Estados Unidos se acharem no mesmo continente é um acidente geográfico ao qual seria pueril atribuir uma exagerada importância”²⁶.

Mesmo sabendo que o trabalho do monarquista Eduardo Prado era parte de uma ala anti-republicana, o autor apresentou muitos argumentos que mostravam ter havido realmente pouca razão para se acreditar que os dois países gozavam de uma velha amizade. Prado insistia em que o conceito de amizade não se aplicava com muita clareza às relações entre os dois países. Ele terminou o seu trabalho lembrando as palavras do primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington:

“. . . deves ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência. . . Não pode haver maior erro do que esperar favores reais de uma nação a outra. . .”²⁷

Nesses próprios anos de aproximação acelerada, havia vários brasileiros que olhavam os norte-americanos com receio, devido às suas experiências com as firmas exportadoras que operavam em nome dos compradores norte-americanos. Parece que houve pouco espírito de amizade, mas um espírito bastante comercial por parte das casas norte-americanas, nos últimos anos do século XIX. Barbosa Lima Sobrinho, no seu recente trabalho, *Presença de Alberto Tôrres (Sua Vida e Pensamento)*, pesquisou o problema:

“Os agentes do interior compravam a mercadoria à vista, por preços. . . baixos. E para aumentar os lucros, as casas norte-americanas operavam com cafés baixos, vendidos pelo preço estável do consumo, desmoralizando ainda mais o mercado brasileiro. Enquanto isso, as casas exportadoras norte-americanas viviam a bater na tecla da superprodução do café, criando um ambiente de depressão que facilitava as manobras baixistas. . . somente em 1896-1897, o Brasil havia sofrido, como consequência dessas manobras, *um prejuízo de 12 milhões de libras esterlinas*. . . O deputado Cunha Ferreira observava que . . . ‘o monopólio do comércio do café é feito por meia dúzia de casas americanas, cujos interesses são inteiramente alheios aos da comunhão nacional. . .’ Outro deputado, Matos Pitombo, aparteava dizendo que ‘havia uma casa. . . que tem 1 milhão e 700 mil sacos de estoque na América do Norte’.”²⁸

Em vista dessa situação que tratava do produto de exportação mais importante do Brasil, um produto que explicava, em grande parte, a causa da aceleração das

relações dos dois países, parece válido concluir que o Brasil se aproximava dos Estados Unidos a partir de uma posição inferior.

Mesmo que a balança comercial dos dois países favorecesse o Brasil nestes últimos anos do século XIX, percebe-se que a maior força e as vantagens a longo prazo estariam com os Estados Unidos, um país cuja organização interna e crescimento tinham traçado um caminho mais natural e vigoroso.

Lembrando a posição brasileira dentro da América Latina e a distância que separava o Brasil dos Estados Unidos, nesses anos de transição lenta, é interessante salientar que o Brasil foi a única nação latino-americana que simpatizara com os Estados Unidos durante a guerra hispano-americana²⁹.

NOTAS

¹Hill, Lawrence F., *Diplomatic Relations between the United States and Brazil*, Duke University Press, North Carolina, 1932.

²Carr, E. H., *What is History?* Penguin Books, Harmondsworth, Middlesex, England, 1961, pág. 59.

³Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, pág. 8.

⁴Carr, *op. cit.*, pág. 91.

⁵Em 1890 a população do Brasil era de 14.433.915 habitantes. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*, Brasil, 1970.

⁶Normano, J. F., *A Luta pela América do Sul*, Editora Atlas, S/A, São Paulo, 1944, pág. 23.

⁷*Ibidem*, págs. 146, 148.

⁸*Ibidem*, págs. 154-155.

⁹Lima Sobrinho, Barbosa, *Presença de Alberto Tôrres, Sua Vida e Pensamento*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, pág. 434.

¹⁰Sousa, J. P. Galvão de, *Raízes Históricas da Crise Política Brasileira*, Editora Vozes Limitada, Petrópolis, 1965, pág. 23.

¹¹"O censo de 1900 deu 8.365.997 como o número de analfabetos, que era 84% da população . . ." *The Evening Star*, 19 de janeiro de 1907, *Missões Diplomáticas Brasileiras*, Offícios, Washington, 234/1/6.

¹¹"É mesmo digno de reparo que, na prática, nos aproximemos mais das velhas usanças da aristocrática República Franceza que, afinal, não passa de uma Monarchia disfarçada

com os mais patentes defeitos do antigo regimen, sem aliar as grandes vantagens." Lima, José Custodio Alves de, *Cartas Americanas*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1914.

O *Brazilian Review* fez a seguinte reportagem sobre as eleições nacionais, na cidade de Petrópolis, em fevereiro de 1903: "... no ... centro comercial, um bando de rufiões ... que se diziam ter sido protegidos por um dos candidatos ... correram a vontade pela ... cidade ... e acabaram assaltando a mesa de votação e levaram os registros ... a maneira com que os registros são sistematicamente e quase abertamente alterados e falsificados mostra como as pretensões aos princípios republicanos são absolutamente insinceras e como tal povo deve estar completamente despreparado para o exercício de instituições livres e representativas." *Brazilian Review*, 24 de fevereiro de 1903, National Archives, Records of the Department of State, *Diplomatic Dispatches, Brazil*, 68, 26 de fevereiro de 1903.

"Muitas das idéias de casta e de classe da velha aristocracia portuguesa ainda permanecem ... e agem como obstáculos no desenvolvimento da cidadania individual. O povo comum no Brasil é pouco melhor do que escravos assalariados. Entre as massas não há e nunca houve coisa semelhante à opinião pública no sentido inglês e norte-americano, mas apenas um ocasional despertar espasmódico em questões que os afetam pessoalmente e que eles podem facilmente entender." Richardson ao Hay, *Diplomatic Dispatches, Brazil, ibidem*. 70:232, 26 de novembro de 1904.

¹²Sousa, *op. cit.*, pág. 18.

"A América do Sul está sofrendo continuamente de parasitismo. Antigamente atribuiu-se o crime à mãe-pátria, hoje é devido ao sistema governamental. Se bem que politicamente livres, as Repúblicas são colônias em sentido intelectual e moral. Aceita-se tudo e a tudo se imita. As constituições são na maior parte copiadas da dos Estados Unidos. Aceitam-na as nações como roupas ajustadas, sem que tivessem sido preparadas para elas. Eduardo Prado mostra-se acerbo em sua opinião relativamente à precipitada adoção pelo Brasil da Constituição norte-americana." Normano, *op. cit.*, págs. 180-181.

¹³Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, Diretoria Geral de Estatística, *Anuario Estatístico do Brasil, 1908-1912, Volume II, Economia e Finanças*, Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1917, pág. xxxii.

¹⁴*Ibidem*.

David E. Thompson, Emissário Extraordinário e Ministro Plenipotenciário para o Brasil em 1903 comentou o problema das exportações e importações invisíveis num despacho para Washington: "O balanço comercial a favor do Brasil está provavelmente compensado pelos juros na dívida estrangeira, dividendos dos bancos e ferrovias estrangeiras e remessas aos países de origem por imigrantes" *Diplomatic Dispatches, Brazil, op. cit.*, 69:81, 11 de dezembro de 1903.

¹⁵*Anuario Estatístico do Brasil, 1908-1912, Volume II, op. cit.*, págs. lxiii-lxiv.

"Além de já estarem sobrecarregadas com grandes dívidas, as vinte províncias antigas, convertidas em governos independentes com o nome de Estados, foram entregues a homens incapazes e egoístas que estão se dedicando ao único negócio seguramente lucrativo que sobreviveu ao dilúvio - empréstimos." *Correio da Manhã*, 30 de março de 1903, *Diplomatic Dispatches, Brazil, op. cit.*, 68:11, 16 de abril de 1903.

O *Brazilian Review* escreveu em fevereiro de 1903 que a falta de condições do judiciário civil contribuiu muito para a depressão comercial e econômica. "Não há falta de dinheiro neste país, mas é guardado em vez de ser investido em novos empreendimentos. A explicação dada a cada momento é que nenhuma proteção pode ser obtida pelos credores. Dinheiro emprestado, mesmo com boa segurança, é praticamente irrecuperável apesar da lei." *Ibidem*, 68, 26 de fevereiro de 1903, Anexo N^o 1.

¹⁶Normano, *op. cit.* pág. 151.

¹⁷Rodrigues, José Honório, *Interesse Nacional e Política Externa*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, pág. 27.

¹⁸Burns, E. Bradford, *The Unwritten Alliance, Rio-Branco, and Brazilian-American Relations*, Columbia University Press, New York, 1966, pág. 60.

¹⁹*Ibidem*, págs. 60-61.

²⁰Normano, *op.cit.*, pág. 20.

²¹Hill, *op.cit.*, pág. 267.

²²*Ibidem*, págs. 268-269.

John S. Girimondi, Cônsul Americano em Santos em 1901, confirmou o processo mencionado acima, quando escreveu para o Secretário Assistente do Estado David J. Hill sobre os produtos de barbearia e cutelaria: "Outros países estão exportando esses artigos numa grande escala para o Brasil e pela América do Sul inteira. Os alemães, italianos e outras nações estão imitando nossas mercadorias e as introduzindo como produtos norte-americanos . . . no meu distrito há muito pouco ou nenhum artigo verdadeiro dos nossos fabricantes nesta linha . . ." National Archives, Records of the Department of State, *Dispatches from United States Consuls in Santos*, 6:21, 31 de julho de 1901.

²³Hill, *op. cit.*, pág. 280.

²⁴*Ibidem*, pág. 281.

²⁵Burns, *op. cit.*, pág. ix.

²⁶Prado, Eduardo, *A Ilusão Americana*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1961, pág. 7.

²⁷*Ibidem*, págs. 186-187.

O *Correio da Manhã*, jornal que fazia oposição ao jovem Governo republicano, publicou um artigo de Gil Vidal, intitulado "O Perigo Yankee". Vidal deixou claro que havia brasileiros com sentimentos semelhantes aos de Eduardo Prado: ". . . o Sr. Page Bryan, ministro americano junto ao nosso governo, em conferência com o Presidente Roosevelt mostrou-lhe que o Brasil oferece um vasto campo de exploração industrial e commercial, que os norte-americanos devem conquistar aos allemaes senhores actuaes dos mercados brasileiros. Para poder falar com autoridade ao seu governo o Sr. Page Bryan percorreu todo o Brasil e de certo não o fez para attender a interesses brasileiros. O Brasil não pode estar fora dos planos de redução de todas as republicas latinas a territorios submettidos ao protectorado de Washington . . . Si os trusts americanos se introduzem aqui, ai de nossa autonomia e de nossa independencia". *Correio da Manhã*, 31 de outubro de 1901, *Diplomatic Dispatches, Brazil*, 67:369, Anexo Nº 2.

²⁸Lima Sobrinho, *op. cit.*, págs. 214-215, *apud* Lacerda, Joaquim Franco de, *Produção e Consumo do Café no Mundo*, pág. 106; Assembléia Legislativa do Estado do Rio, sessão de 13 de dezembro de 1899.

Num despacho de 1904 do Ministro Thompson ao Secretário do Estado, foi anexado um artigo de um jornal brasileiro que apresentava as partes essenciais de uma comunicação à Câmara dos Deputados pela Benemérita Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Com referência ao café e à especulação dos norte-americanos foi dito o seguinte: ". . . é certo que, se temos, nos Estados Unidos o maior mercado, também é verdade que à especulação americana, antes de tudo, devemos as baixas e as depressões no preço que tão avultados prejuízos têm trazido, de

certo tempo a esta parte, para todo o país.” *Diplomatic Dispatches, Brazil, op. cit.*, 70:191, 1 de julho de 1904.

²⁹Numa série de despachos do Departamento do Estado a C. P. Bryan evidencia-se a posição brasileira com respeito aos Estados Unidos na guerra de 1898: “Tenho em mãos o recibo . . . relatando a precaução do Governo do Brasil para garantir a segurança do ‘Oregon’ e ‘Marietta’ enquanto no Rio de Janeiro.” “O Governo dos Estados Unidos fica muito grato por este gesto amigável do Brasil.” “Frota espanhola completamente destruída em Santiago. Cervera está preso. Cidade intimada a entregar-se.” “O presidente aprecia profundamente a evidência da simpatia brasileira . . . na demonstração no Rio de Janeiro em 4 de julho.” “Tenho em mãos o recibo do seu N.º 82, . . . anexando cópia de uma carta do Almirante Guimarães transmitindo as congratulações do Clube Naval do Rio de Janeiro à Marinha dos Estados Unidos.” *National Archives, Records of the Department of State, Diplomatic Instructions, Brazil*, 18:371, 372, 379, 381, 382, 399, junho/julho, 1898.